ATA Nº. 06/2016 - Mandato 2013/2017

ATA DA PRIMEIRA E ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente, na sua primeira e única reunião, a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

-
Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 04/06 a 16/09/2016.-----

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta de Adesão à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica.-----

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Proposta de alteração de taxas para a frequência na modalidade de Hidrobike nas Piscinas Municipais.-----

--
Ponto 4 - Apreciação e Votação da abertura de concurso público para a aquisição de serviço de seguros.-
A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

-
COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e segunda secretaria Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Paulo Costa, Ana Bastos, António Pedro Martins e Beatriz Martins. Pediu e foi devidamente justificada falta ao Vereador José Vaz.-----

FALTAS:-----

Apresentaram pedido de justificação por motivo de ausência do município nos termos do artigo 6º. do Regimento, os membros; Júlio Barreirinha do PSD que foi substituído por Dinis Gandarinho, Sofia Senos e João Oliveira do PS, que foram substituídos por Hugo Lacerda e Rafael Vaz, Hugo Rocha do CDS/PP que foi substituído por Dina Ribau e Carla Lima do BE que foi substituída por Pedro Tavares.--

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença dos 25 Membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Carlos Sarabando, Margarida São Marcos, Luís Leitão, António Pinho, Hugo Lacerda, Barbara Gabriel, António Flor Agostinho, Rafael Vaz, Dina Ribau, João Bernardo, Dinis Gandarinho, Sérgio Lopes, Eduardo Conde, Lurdes Faneca, Pedro Tavares, Emanuel Costa, Daniel Santiago, Irene Ribau, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

Período de intervenção do público, conforme os artigos 44º. e 45º. do Regimento:-----

O Presidente da Mesa abriu as inscrições para as respetivas intervenções na ala do público, tendo-se inscrito o Senhor Leopoldo Oliveira.-----

Leopoldo Oliveira: O munícipe manifesta a sua preocupação pela falta de uma placa indicativa do início da Cidade da Gafanha da Nazaré. Um grupo de gafanhões, no qual se incluiu ele, colocara uma placa com esta indicação, muito embora sabendo que era clandestina, indicava a quem chegava, a entrada na

freguesia da Gafanha da Nazaré. A Câmara mandou retirar a e o Senhor Presidente da Câmara em declarações à Rádio Terranova, disse que é a Câmara que manda colocar as placas. Disse ainda que a mandaria colocar muito em breve, o que até hoje não aconteceu. Ainda na mesma data foi colocada uma tarja de apoio ao Grupo Desportivo da Gafanha, que também foi retirada, o que não entende. Pergunta para quando a colocação da mencionada placa, que serve também para publicitar a freguesia.-----

O Presidente da Mesa pergunta ao Presidente da Câmara se quer dar resposta imediata ao munícipe, ao que este diz que sim.-----

Presidente da Câmara: Informa o munícipe que a Câmara não pactua com situações clandestinas. No que respeita à placa em questão informa que a mesma será colocada logo que possível, dentro da organização de prioridades dos serviços, após regresso do pessoal do período preferencial de férias.-----

Presidente da Mesa anuncia o PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, e informa que na mesa foram entregues diversos documentos que vai passar a ler e colocar a aceitação e votação:-----

Pelo Grupo Parlamentar do PS é entregue o seguinte:-----

-

Voto de Louvor-----

Pela conquista de Paulo Henriques da Medalha de Prata nos “Trisome Games” -----

O atleta ilhavense Paulo Henriques, conhecido na nossa comunidade por Paulinho, conquistou a Medalha de Prata na prova de 1500 metros, no decorrer da primeira edição dos “Trisome Games”, evento desportivo reconhecido como as olimpíadas para pessoas portadoras de Síndrome de Down, realizado em Florença, Itália, entre os dias 15 e 22 de Julho do presente ano, tendo contado com a participação de mil atletas de 35 nacionalidades distribuídos por várias modalidades.-----

Considerando que o atleta Paulo Henriques é um dos exemplos maiores de dedicação ao desporto por parte das pessoas com deficiência, não esquecendo o papel central desempenhado pelo CASCI neste capítulo, que as conquistas do atleta são relevantes para a modalidade e um motivo de orgulho para os ilhavenses, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Ílhavo, reunida em sessão ordinária a 30 de Setembro de 2016, aprove a congratular o resultado obtido por Paulo Henriques, enviando ao atleta uma mensagem de congratulação remetida por este órgão.-----

Ílhavo, 30 de Setembro de 2016 - O Grupo Municipal do Partido Socialista,-----

Pelo mesmo Grupo o seguinte:-----

--

Voto de Louvor-----

Pela conquista do Clube de Vela da Costa Nova do Campeonato Nacional da Classe Vouga.-----

A equipa de velejadores do Clube de Vela da Costa Nova, Ana Rocha, Diogo Gameiro e Nuno Rosas, sagrou-se Campeã Nacional de Vela na Classe Vouga, no Campeonato Nacional da Classe Vouga, competição organizada por aquele clube com o apoio da Associação Portuguesa da Classe Vouga, realizada entre os dias 16 e 17 de Julho no Canal de Mira.-----

-

Considerando que as instituições desportivas locais são fundamentais para a vivência social da nossa comunidade, para a formação dos mais jovens, bem como para a promoção do nosso município, que o Clube de Vela da Costa Nova é uma das instituições do nosso concelho que concorre para o alcance desses objectivos colectivos da nossa comunidade, que o resultado obtido pelos atletas daquele clube é relevante

para a modalidade e um motivo de orgulho para os ilhavenses, fruto do trabalho desenvolvido pela direcção e pelos atletas, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Ílhavo, reunida em sessão ordinária a 30 de Setembro de 2016, aprove congratular o resultado obtido pela equipa do Clube de Vela da Costa Nova, enviando à direcção do clube e aos atletas uma mensagem de congratulação remetida por este órgão.-----

Ílhavo, 30 de Setembro de 2016 - O Grupo Municipal do Partido Socialista, -----

Ainda pelo mesmo Grupo a seguinte: -----

--

MOÇÃO-----

Pela defesa da requalificação do Tribunal de Ílhavo e alargamento das suas competências-----

O acesso à Justiça é uma garantia de todos os cidadãos, conforme consagra a Constituição da República Portuguesa. -----

É um direito dos cidadãos terem um Estado de Direito que os proteja e defenda os princípios democráticos que conquistámos.-----

Qualquer comunidade que se queira num patamar civilizacional aceitável tem o direito e o dever de exigir uma justiça condigna e próxima dos seus cidadãos.-----

Num passado recente, por opção política, alguns Tribunais encerraram, a outros foram-lhes retiradas competências, deixando-os com um destino traçado, ou seja, o afastamento dos Cidadãos da Justiça e a Justiça dos Cidadãos.-----

A opção política de centrar a administração da Justiça, exclusivamente, em grandes centros urbanos, resultou no desinvestimento nos equipamentos existentes bem como na diminuição dos funcionários judiciais.-----

O Tribunal de Ílhavo, não obstante ainda não ter encerrado, debate-se com estes problemas: falta de manutenção das instalações, propriedade desta Câmara, esvaziamento de competências e decréscimo de funcionários.-----

Apesar dos esforços de reversão desta situação com as primeiras alterações ao mapa judiciário encetadas pelo atual Governo, certo é que o nosso Tribunal encontra-se numa fase de visível degradação das suas instalações, com cada vez menos competências e cada vez menos funcionários.

Considerando que: -----

- i) Um Tribunal é um órgão de soberania, com a competência para administrar a justiça em nome do povo;-----
- ii) A justiça feita em nome do povo e não pelo povo significa que a articulação com a soberania popular não se faz em termos de imediação popular, através do sufrágio, mas sim de forma mediata ou indireta;-----
- iii) A função das autarquias locais é a prossecução dos interesses próprios das populações respetivas;-----
- iv) o atual edifício onde se encontra instalado o Tribunal de Ílhavo apresenta dificuldades a nível da sua estrutura e do seu acesso por parte dos cidadãos;-----
- v) As suas instalações carecem de um grau de dignidade essencial para quem administra a Justiça;-----

- vi) Quem exerce a administração da justiça e os cidadãos que a ela recorrem no exercício dos seus direitos, têm direito a ter condições dignas;-----
- vii) O edifício onde se encontra a funcionar o nosso Tribunal é propriedade da Câmara Municipal;----
- viii) É dever dos representantes dos cidadãos, nomeadamente os eleitos locais ilhavenses, encetarem esforços por todos os meios ao seu alcance para dignificar a Casa da Justiça; -----
- ix) Com a reforma do mapa judiciário implementada em 2014, a opção política foi de encerrar e deslocalizar o maior número de tribunais;-----
--
- x) Por força dessa reforma o Tribunal de Ílhavo é hoje uma instância local com muito menos competências;-----

- xi) Dessa estratégia política resultou, inelutavelmente, num decréscimo em 50% do número de entrada de processos, em igual período antes da aplicação da citada reforma judiciária;-----
- xii) Existe hoje, igualmente, um decréscimo do número de funcionários judiciais; -----
- xiii) Isso resultará, a curto/médio prazo, na sua possível desativação;-----
-

Os deputados municipais abaixo-assinados propõem, nos termos regimentais, que a Assembleia Municipal de Ílhavo delibere recomendar à Câmara Municipal de Ílhavo que transmita ao Governo que:--

1. Dentro do espírito da Carta Europeia de Autonomia Local as autarquias locais possuem a liberdade de iniciativa relativamente a qualquer questão na defesa das populações, enquanto um dos pilares fundamentais do regime democrático.-----
--
2. Os eleitos locais ilhavenses exigem uma intervenção imediata, a nível de obras de conservação no edifício do Tribunal, nomeadamente a nível de caixilharia, infiltrações de paredes e tetos.-----
3. Essas obras de manutenção são vitais para a boa administração da Justiça. -----
-

4. O restabelecimento de competências retiradas com a reforma do mapa judiciário de 2014 ao Tribunal de Ílhavo, hoje Instância Local de Seção de competência genérica, é essencial para o papel que o mesmo representa na Comunidade, evitando-se o afastamento da Justiça dos seus Cidadãos. -----
5. Sejam invertidos e corrigidos aqueles aspetos para que essa mesma Justiça possa regressar reforçada, ativa e presente, ao nosso Tribunal e à Cidadania que a nossa Comunidade tanto preserva. -----

Ílhavo, 30 de Setembro de 2016 - Os deputados municipais do PS,-----
-

Pelo Representante do BE é entregue a seguinte:-----
-

Recomendação-----

Proteção social para os bombeiros voluntários.-----
-

Os Bombeiros Voluntários, no quadro atual, são imprescindíveis em inúmeras tarefas essenciais, desde a emergência pré-hospitalar, combate a incêndios, proteção e socorro de pessoas em perigo, salvaguarda de

bens, colaboração no socorro a náufragos e buscas, sensibilização em matéria de autoproteção e de risco, apoio à comunidade, serviço de proteção civil, entre outros.-----

Considerando que a proteção de vidas humanas e de bens em perigo, tantas vezes conseguidas por atos de coragem e abnegação dos soldados da paz, deve ser credora do reconhecimento da comunidade e das suas instituições, não só por atribuição de incentivos, mas, principalmente através de uma forma de sublinhar o reconhecimento pela coragem e dedicação destes elementos. -----

O reconhecimento para com o trabalho inestimável dos Bombeiros não pode ficar apenas pelas intenções, tem mesmo de se tornar real e concreto. Por isso, queremos que o concelho implemente medidas concretas em que reconhece o valor destas mulheres e destes homens que se sacrificam e arriscam a vida para salvar vidas e proteger pessoas e bens.-----

Assim sendo, a assembleia Municipal de Ílhavo no dia 30 de setembro de 2016, recomenda à Câmara Municipal de Ílhavo a implantação com carácter de urgência das seguintes medidas:-----

a) Benefício, para bombeiros e seu agregado familiar, de seguro contra acidentes pessoais, celebrado e pago pela Câmara Municipal, para os casos previstos na lei. -----

b) Prioridade na atribuição de habitação social promovida pela Câmara Municipal de Ílhavo, quando em igualdade de condições sociais e de candidatura com outros candidatos.-----

c) Prioridade, em igualdade de condições profissionais e sociais e de candidatura com outros candidatos, ao emprego na Câmara Municipal;-----

d) Prioridade na atribuição de bolsas de estudo, nos termos do Regulamento Municipal para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior de Residentes no Concelho de Ílhavo, desde que em igualdade de condições sociais e de candidatura com outros candidatos;-----

e) Isenção no pagamento de taxa das licenças de construção, beneficiação e ampliação de casa para habitação própria e permanente, incluindo anexos e garagens (exceto construção de piscinas);-----

f) Acesso gratuito ou desconto significativo, para bombeiros e seu agregado familiar, nos Pavilhões Municipais, Centros Culturais e outros eventos promovidos ou copromovidos pela Câmara Municipal;

g) Acesso gratuito ou desconto significativo nas piscinas municipais, sem prejuízo do respeito pela lotação prevista; -----

h) Apoio inicial para o encaminhamento jurídico em processos motivados por factos ocorridos no exercício das suas funções;-----

i) Distinções honoríficas por serviços relevantes e extraordinários prestados à causa dos Bombeiros, por atos de coragem e abnegação no salvamento de pessoas, animais ou bens e ainda pela assiduidade revelada por um serviço efetivo com exemplares comportamentos e dedicação:-----

j) Direito a apoio jurídico e administrativo gratuito, a elementos do agregado familiar dos bombeiros falecidos em serviço, em processos de carácter social, decorrentes da morte da/o bombeira/o.-----

Ílhavo, 30 de setembro de 2016 - O Representante do Bloco de Esquerda.-----
Ainda pelo Representante do BE é entregue o seguinte: -----

REQUERIMENTO-----

Assunto: Segurança na Circulação pelas Vias de Comunicação da Gafanha da NazaréNazaré. -----

Destinatário: Câmara Municipal de Ílhavo-----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo, -----

A circulação pedonal, em bicicleta e rodoviária na cidade da Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo, reveste-se de riscos de segurança, a avaliar pela frequência de sinistros que têm ocorrido nos últimos meses, dos quais destacamos os seguintes:-----

- Dois embates entre automóveis e bicicletas, sendo os condutores destas menores em idade escolar (ocorreram junto à EB 2);-----

- Um acidente de viação que causou cinco feridos e aconteceu no cruzamento semaforizado na rua São Francisco Xavier;-----
- Dois acidentes no cruzamento da rua Afonso de Albuquerque com a rua Camilo Castelo Branco, onde quem circula pela rua mais larga e considerada principal não têm prioridade; -----
- Um acidente no cruzamento da mesma rua Afonso de Albuquerque com a rua Padre Américo;-----
- Um despiste no cruzamento da rua Padre Américo com a rua São Francisco Xavier, que exigiu a utilização de equipamento de desencarceramento;-----
-
- Quedas, em circulação pedonal, devido ao mau estado do pavimento na Av. José Estêvão e na al. Prior Sardo;-----
- Embates, com a cabeça, em sinal de aproximação de travessia de peões, que se encontra em posição demasiado baixa, na al. Prior Sardo; -----
--
- Um embate entre dois automóveis no cruzamento da rua Padre Manuel da Nóbrega com a rua Nossa Senhora da Nazaré, onde a sinalização vertical dá indicações opostas à sinalização horizontal.-----

A maioria dos locais referidos situa-se nas imediações de escolas (EB2 e Secundária). Trata-se de vias com tráfego intenso, tanto por automóveis, como bicicletas e peões. Muita da população que por elas circula é menor.-----

A geografia local é propícia à utilização de bicicletas, mas a carência de ciclovias é notória.-----

A utilização de bicicletas, por ser ecológica e saudável, deveria ser potenciada.-----

Sendo recomendação da União Europeia e existindo, até, em Portugal, um *Plano Nacional de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves - CiclAndo*, e considerando demais premissas plasmadas na Resolução da Assembleia da República n.º 3/2009 e no Despacho Interministerial n.º 11125/2010, espera-se que muito venha a ser realizado, a nível local, neste contexto.-----

Uma sugestão do Bloco de Esquerda passaria, portanto, pela criação de ciclovias que atravessassem a Gafanha da Nazaré longitudinalmente (por exemplo: na rua Luís de Camões e na rua Afonso Albuquerque). Para economia de espaço e maior segurança, muitas das rodovias passariam a ter um só sentido. -----

Saliente-se que os objetivos ultrapassam a segurança; passam pela promoção da atividade física, pela redução de emissões de gases poluentes e pela proteção ambiental, tudo questões de saúde pública.-----

A ligação destas vias longitudinais à transversal que dá à escola EB2 também seria imperativa.-----

Dada a frequência com que os acidentes se sucedem e a sua gravidade, a vulnerabilidade da população e a necessidade de promoção da mobilidade leve, é urgente a revisão das prioridades na circulação, a resolução de conflitos de ordens de sentido de circulação, o melhoramento e/ou reforço da sinalização, ou eventual implantação de semáforos ou construção de rotundas onde for possível, assim como realização de obras de repavimentação, retificação de bermas e construção de ciclovias.-----

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, vem o Grupo Municipal de Ílhavo do Bloco de Esquerda, por este meio, dirigir à Câmara Municipal, as seguintes perguntas, cujas respostas agradece antecipadamente:-----

--

1. O executivo camarário tem um plano de melhoria da segurança na circulação pela cidade da Gafanha da Nazaré, em especial nas vias acima referidas?-----

2. Se sim, quais as medidas constantes desse plano, concretamente no que às artérias acima referidas diz respeito?-----

3. Se sim, qual o calendário de execução das medidas nas vias referidas?-----
Ílhavo, 30 de setembro de 2016 - O deputado municipal do Bloco de Esquerda,-----

Colocados pelo Presidente da Mesa a aceitação os documentos apresentados, são aceites para votação, todos os apresentados pelo Grupo Parlamentar do PS e a Recomendação do BE. O requerimento apresentado pelo BE, sobre Segurança na Circulação pelas Vias de Comunicação da Gafanha da Nazaré, vai ser enviado ao Senhor Presidente da Câmara, para que possa mandar responder às perguntas que à Câmara são dirigidas. -----

Colocados a Votação os Votos de Louvor apresentados pelo Grupo Parlamentar do PS, são ambos **aprovados por unanimidade e subscritos por todos os Membros desta Assembleia**.-----

Colocada a Votação a Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, é **rejeitada** com 14 votos contra, 1 abstenções e 9 votos a favor. Nesta votação não participou o Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador porque se tinha ausentado da sala, no momento da mesma. -----

Usaram a palavra sobre o assunto:-----

António Pinho: Considera que as competências sobre a Justiça em Portugal competem ao Ministério da Justiça, salvaguardando o problema do edifício.-----
-

Hugo Lacerda: Diz que certamente os considerandos da Moção não foram bem compreendidos porque o que se pede à Assembleia é que delibere pedir à Câmara para recomendar ao Governo. Os membros da AMI enquanto eleitos devem pugnar por resolver os problemas que atingem as pessoas e o retirar de competências ao Tribunal de Ílhavo, vem complicar a vida de quem aí precisa de recorrer. O Tribunal de Ílhavo tinha 23 funcionários e atualmente tem 6.-----
-

Flor Agostinho: Sabemos que a Câmara subscreve contratos com os vários Ministérios e certamente nesses contratos está escrito a quem compete fazer a manutenção dos edifícios. O Sr. Presidente da Câmara deu informação recente sobre a deslocação às Instalações do Tribunal da Secretária de Estado, que ele próprio acompanhou e todos sabemos que o assunto está a ser tratado e sabemos também que as decisões nesta matéria competem ao Governo. -----

De seguida foi colocada a Votação a Recomendação apresentada pelo BE, **que foi rejeitada**, com 23 votos contra, 1 abstenção e um voto a favor.-----

As intervenções feitas sobre este documento foram unânimes em considerar que o documento contém contrariedades a legislação específica sobre alguns considerandos, ultrapassa assim as competências da Câmara, apesar da nobreza da intenção, não pode por isso merecer votação favorável.-----

O Presidente da Mesa chama a atenção para o tempo que tem de usar e está inserido no Período Antes da Ordem do Dia, com a leitura destes documentos. Sugere que eles sejam atempadamente enviados por mail, ou em alternativa aos Grupos e/ou Representantes possam enviar à Câmara diretamente os que lhe são dirigidos, remata dizendo que fica à consideração dos Senhores membros.-----

Presidente da Mesa abre inscrições para intervenções ainda dentro deste período, ao qual restam cinco minutos; -----

1ª. Intervenção dos membros: -----
--

Pedro Tavares: Não concorda com a forma como o Presidente da Câmara respondeu ao Município que fez a intervenção no público.-----

Sérgio Lopes: Pede nos termos do Regimento o prolongamento do período de Antes a Ordem do Dia, dado o imenso tempo que se gastou com a leitura e análise dos documentos apresentados -----

Presidente da Mesa coloca a votação a proposta que é rejeitada e anuncia de imediato a análise do **Ponto 1-** Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 04/06 a 16/09/2016, para o que dá a palavra ao Presidente da Câmara, para introdução: -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara:-----
-

Presidente da Câmara informa reservar-se para as respostas que os membros entenderem colocar.-----

1ª. Intervenção dos membros: -----
--

Sérgio Lopes: Tendo em conta a informação financeira prestada pelo Sr. Presidente da Câmara e que a política fiscal para 2017 será apreciada em próxima sessão da Assembleia Municipal, sabendo-se que a Câmara, de acordo com a informação prestada, cobrou até Agosto deste ano mais 200 mil euros por mês em impostos directos do que em igual período de 2015, concluindo-se que a receita de impostos se manterá estável ou até aumentará pelo quarto ano consecutivo, Sérgio Lopes apela a que o Executivo Municipal reduza a taxa de IMI para 0,35% e a taxa de participação variável do IRS para 4%, correspondendo assim aos anseios dos ilhavenses, dado que esse dinheiro é bastante necessário às famílias ilhavenses e porque já é tempo de repor a justiça face ao esbulho fiscal operado pela autarquia. Questiona ainda o Presidente da Câmara sobre se a autarquia tem o cadastro de prédios devolutos e se está já a majorar o valor do IMI a pagar por esses proprietários.- Tendo em conta a informação financeira prestada pelo Sr. Presidente da Câmara e que a política fiscal para 2017 será apreciada em próxima sessão da Assembleia Municipal, sabendo-se que a Câmara, de acordo com a informação prestada, cobrou até Agosto deste ano mais 200 mil euros por mês em impostos directos do que em igual período de 2015, concluindo-se que a receita de impostos se manterá estável ou até aumentará pelo quarto ano consecutivo, Sérgio Lopes apela a que o Executivo Municipal reduza a taxa de IMI para 0,35% e a taxa de participação variável do IRS para 4%, correspondendo assim aos anseios dos ilhavenses, dado que esse dinheiro é bastante necessário às famílias ilhavenses e porque já é tempo de repor a justiça face ao esbulho fiscal operado pela autarquia. Questiona ainda o Presidente da Câmara sobre se a autarquia tem o cadastro de prédios devolutos e se está já a majorar o valor do IMI a pagar por esses proprietários.-----

Saúda o Presidente da Câmara porque durante a visita do Secretário de Estado da Saúde para a inauguração do Centro de Saúde da Costa Nova do Prado e transferência dos serviços de Saúde para o Edifício sócio cultural na Costa Nova, reivindicando junto do mesmo a necessidade de intervir urgentemente nas instalações dos Serviços da Unidade de Saúde da Gafanha da Nazaré, que apresentam avançados sinais de degradação e desajustamento para exercer as funções para que estão destinadas. É uma manifestação das preocupações do que se passa no município do Presidente da Câmara e ficamos agradados com isso, ainda que se registre que o problema não é de agora e que no passado, quando o Governo era outro, não se registou a mesma pró-actividade do Executivo Municipal em reclamar publicamente a resolução do assunto. Mas diz compreender que o Sr. Presidente encare este Governo como um a quem vale a pena o esforço de revindicação, na certeza que o pedido vai encontrar correspondência,

fazendo fé no compromisso assumido pelo Sr. Secretário de Estado, o que não aconteceu com o anterior Governo.-----

João Roque: Ainda numa referência à colocação clandestina de placas feita pela ADIG, chama a atenção para a demora na colocação da mesma. Chama a atenção para os muitos acidentes ocorridos na Rua Afonso de Albuquerque dizendo que há responsabilidade na atuação dos condutores, mas a intensidade mostra também que há problemas nos cruzamentos em que acontecem. A Câmara prometeu a colocação de sinalização vertical! Ainda não houve tempo. Pergunta quando terminam as obras na Rua D. Manuel Trindade Salgueiro e opina: “certamente no ano que vem estará pronta!... A prometida ciclovia entre a Friopesca e a Ponte da Barra são para quando? Surge agora a promessa de outra ciclovia para finalizar no próximo ano! Termina com a exclamação “que pena não haver eleições todos os anos!-----

Luís Leitão: Informa que vai fazer uma abordagem ao Festival de Bacalhau e num espírito criativo e positivo: O modelo em si é muito interessante e é para continuar. No seu entender deve-se equacionar o modelo restritivo que tem sido usado para as Associações em termos de compras. A procura de diminuição de custos está a levar a perda de independência das Associações para as suas aquisições e está a gerar alguma insatisfação destas. Considera que o cartaz não foi o mais feliz. O pavilhão terra mãe em sua opinião alberga o artesanato e outras vendas criando uma confusão, que importa disciplinar.-----

Luís Diamantino Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo: Agradece a todos os autarcas que estiveram presentes na comemoração do aniversário da criação daquele Junta e particularmente ao Presidente da Mesa da AMI que assistiu à reunião da Assembleia de Freguesia, mostrando que as freguesias também são importantes. Termina com a seguinte mensagem: “...fez ontem 3 anos que todos fomos eleitos e por isso estamos de parabéns”. -----

Emanuel Costa: Faz referência positiva às atividades desportivas desenvolvidas neste período no Município, referenciando as náuticas que foram muito participadas. Os Acordos recentemente assinados com as Associações desportivas e destaca o relevamento do campo do NEGE. Destaca ainda o desporto como base de formação dos mais jovens sendo uma das grandes preocupações deste executivo. Igualmente faz referência ao Promotl e o Marolas, como grandes exemplos. -----

Irene Ribau: Realça a Minha Sinfonia e as aulas de música em tempo letivo no pré-escolar. Ainda as atividades rítmicas e expressivas, que são atividades muito importantes para o desenvolvimento global das crianças, que se devem às iniciativas desta Câmara. Felicita o trabalho da biblioteca com as escolas e realça ainda as obras de manutenção feitas nos edifícios escolares.-----

-

Barbara Gabriel: Referindo a ria o R de seus recursos naturais, realça o festival de bacalhau o festival de marisco, eventos que naturalmente instrumentos de promoção do que existe na nossa terra e da nossa identidade. O Museu marítimo que registou um aumento de visitantes. E continuando na Ria o I de inter geracional é promovido por estas ações desde ao mais jovens como o Marolas para os mais experientes como a Maioridade. O I de integração e a forma como a Câmara envolve as Associações é disso prova. Por ultimo o A que nos fala de alimento, não de forma literal onde podemos degustar nas diversas ações. Mas alimento cultural e social.-----

Flor Agostinho: Este foi um período de muitas ações e envolvimento de todos, para divulgação e oportunidade de visitantes ao nosso Município. A visita oficial da comitiva da Islândia, por ocasião do festival do bacalhau, não vieram certamente passear, mas sim certamente reforçar os laços e ver oportunidades que vão dar os seus frutos. Afirma que ao contrário do que passa no país, em Ílhavo investe-se e também se controla a dívida. Termina com a pergunta: Quantos contratos a Câmara já assinaram no âmbito do programa comunitário 2020?-----

António Pinho: Sobre o Festival de bacalhau diz que será importante fazer uma avaliação conjunta com o objetivo de melhorar. Com todas as ações aqui descritas e vividas não vivemos um período de férias mas de actividade intensa. Na grelha da correspondência recebida está uma Moção aprovada na Assembleia

Municipal de Viseu para abolição de portagens na A24 e A25. Sendo a A25 a que nos diz mais respeito, pergunta se a CIRA tem desenvolvido alguma ação de pressão junto do Governo? Referindo as refeições escolares e a referida grelha onde está um projeto de lei de “os Verdes” sobre obrigatoriedade de ementas vegetarianas nas cantinas pergunta se a Câmara tem tido muitas solicitações? Pergunta ainda e olhando para o anúncio de obras na fachada do bar no Largo 31 de Agosto, qual a razão do encerramento já há algum tempo deste bar? -----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: -----

--

Presidente da Câmara: Os custos aumentaram na Câmara Municipal em função quer da opção gestonária, quer da atividade. O Sr. Roque disse que muita coisa vai acontecer no próximo ano e eu digo que muita coisa tem acontecido e continua a acontecer e não é só no próximo ano, mas, de uma forma equilibrada. Indirectamente o IMI já subiu em função da decisão do Governo do Partido Socialista, no que respeita ao IMI familiar e a Câmara vai analisar a melhor forma. Diz não precisar dos seus agradecimentos, com este, ou outro Governo, vai continuar a insistir junto dos mesmos para executar as

suas competências nas diversas situações no município, quer a nível da Justiça, da Saúde ou da Educação só para falar nestas três. Quanto às obras da Rua D. Manuel Trindade Salgueiro, repete mais uma vez aquilo que já foi dito, que há problemas com o empreiteiro, que está numa situação financeira muito má, tentamos que se mantenha com muita negociação e bom senso. Sobre o festival do bacalhau, vai ter o seu balanço e o que houver necessidade de mudar a Câmara vai saber alterar o que for necessário, desde que seja para melhor. Na inauguração do relvado do campo do NEGE, diz que não viu nenhum membro da AMI do PS, pelo que se lamenta. No que respeita às muitas atividades neste período dedicadas à Juventude ou aos menos jovens foram muitas e muito participadas, como alguns membros desta Assembleia já mencionaram e nos apraz registar. Sobre as portagens na A25, que no nosso município não é paga, não existe nenhuma evolução no âmbito da CIRA. Sobre as refeições escolares, diz ter conhecimento de sensivelmente uma dúzia de alunos que pedem refeição vegetariana e o assunto é resolvido com a empresa fornecedora. O Bar no Jardim 31 de Agosto, o problema foi a falta de cumprimento das rendas, tentou-se a negociação e por fim houve necessidade de se mover um processo e ela veio tentar um acordo que foi feito. Está a ser preparada uma nova hasta pública. -----

2ª. Intervenção dos membros: -----

--

Sérgio Lopes: Em resposta ao Sr. Presidente da Câmara, afirma que este não tem legitimidade moral absolutamente nenhuma para falar em ataques à classe média, pois se há coisa que o Sr. Presidente faz ano após ano é um ataque à classe média com os 5 milhões de euros que cobrou a mais nos últimos 3 anos, relativamente aos mandatos anteriores. Em Julho de 2015, a Câmara tinha cobrado 4 milhões e 700 mil euros de impostos diretos e em Agosto de 2016 cobrou 6 milhões e 900 mil euros, logo 2 milhões a mais. Há 3 anos que o Senhor Presidente fala no cadastro dos edifícios devolutos e até agora a medida não saiu do papel. Também é tempo de a Câmara tratar melhor o seu património, dando um bom exemplo aos proprietários de prédios devolutos. Regista ainda o exercício de demagogia que o Sr. Presidente faz a propósito do factor de operacionalidade e conforto do IMI, esquecendo-se de ressaltar que aquele também serve para desagravar o cálculo do valor patrimonial tributário. Termina afirmando que a realidade que o Sr. Presidente faz do concelho e do país é mesmo sinal de que o Governo mudou, já não é liderado pelo PSD, porque parece que quando o Governo era o anterior não existiam problemas no município. **Sérgio Lopes:** Em resposta ao Sr. Presidente da Câmara, afirma que este não tem legitimidade moral absolutamente nenhuma para falar em ataques à classe média, pois se há coisa que o Sr. Presidente faz ano após ano é um ataque à classe média com os 5 milhões de euros que cobrou a mais nos últimos 3 anos, relativamente aos mandatos anteriores. Em Julho de 2015, a Câmara tinha cobrado 4 milhões e 700 mil euros de impostos diretos e em Agosto de 2016 cobrou 6 milhões e 900 mil euros, logo 2 milhões a mais.

Há 3 anos que o Senhor Presidente fala no cadastro dos edifícios devolutos e até agora a medida não saiu do papel. Também é tempo de a Câmara tratar melhor o seu património, dando um bom exemplo aos proprietários de prédios devolutos. Regista ainda o exercício de demagogia que o Sr. Presidente faz a propósito do factor de operacionalidade e conforto do IMI, esquecendo-se de ressaltar que aquele também serve para desagrar o cálculo do valor patrimonial tributário. Termina afirmando que a realidade que o Sr. Presidente faz do concelho e do país é mesmo sinal de que o Governo mudou, já não é liderado pelo PSD, porque parece que quando o Governo era o anterior não existiam problemas no município.-----

Luís Leitão: Sobre a informação financeira, diz que importa manter coerência de trimestre em trimestre. Umás vezes aparecem as ações em contencioso, outras sobre prazos de pagamento? Da última vez chamamos a atenção para os prazos de pagamento e agora desapareceu a informação.-----

Terminadas as intervenções no ponto 1 da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa anuncia que vai colocar em análise e votação o **ponto 2** - Apreciação e Votação da Proposta de Adesão à Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, para o que pede ao Presidente da Câmara que faça a respectiva introdução: -----

Presidente da Câmara, explica que é uma questão muito simples que foi tratada pelo Vereador Paulo Costa e é ele que vai explicar: -----

--

Vereador Paulo Costa: Tivemos a honra de ser convidados para integrar a Associação Portuguesa de Cidades e Vilas de Cerâmica, à semelhança do que já existe a nível europeu em diversos países. São 14 municípios fundadores da Associação que está aberta a outras adesões. O objetivo é usar este instrumento para que os pequenos artesãos que trabalham com muita qualidade mas têm dificuldade em aceder aos mercados o possam fazer. -----

Presidente da Mesa abre inscrições para as habituais intervenções, que ficaram desertas. Passa assim a colocar o assunto a votação: -----

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade. -----

--

Presidente da Mesa, coloca em análise e votação o **Ponto 3** - Apreciação e Votação da Proposta de alteração de taxas para a frequência na modalidade de Hidrobike nas Piscinas Municipais, para o que pede ao Presidente da Câmara que faça a respetiva introdução: -----

1ª: Intervenção do Presidente da Câmara: A proposta é objetiva e resulta dos valores oferecidos nas proximidades e por isso a necessidade de baixar esta tarifa. Resulta da concorrência face à muita oferta que desde a sua fixação prolifera. Em suma resulta duma análise de mercado. -----

Presidente da Mesa abre inscrições para o que se inscreve: -----

-

1ª. Intervenção dos membros: -----

Pedro Tavares: O Bloco de Esquerda tinha intenção de apresentar uma proposta de redução não só de Hidrobike, mas verifica que já é uma decisão e princípio por parte da Câmara.-----

Luís Leitão: Fica preocupado porque a Câmara não consegue diferenciar-se, oferecendo um melhor serviço e tem de baixar os preços para ser igual aos outros.-----

-

Presidente da Câmara: Esta é uma área que mudou muito e continua a mudar com grande e agressiva oferta. As piscinas municipais não conseguem concorrer com o mercado liberal, que comportam ginásios entre outros. Atualmente têm duas piscinas e se a expansão e oferta assim continuar teremos de manter só uma em atividade. -----

Presidente da Mesa coloca o ponto à votação: -----
-

VOTAÇÃO: APROVADO POR UNANIMIDADE. -----
--

Presidente da Mesa anuncia a análise e votação do Ponto 4 - Apreciação e Votação da abertura de concurso público para a aquisição de serviço de seguros, para o que de igual modo, pede ao Presidente da Câmara que faça a respectiva introdução: -----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: É pelo valor que atinge, uma competência da AMI, trata-se de um concurso público e resulta da Lei, nada mais. -----

Presidente da Mesa coloca o ponto em análise a: -----
-

Como não houve qualquer pedido de intervenção, este ponto foi colocado à votação: -----

VOTAÇÃO: APROVADO POR UNANIMIDADE. -----
--

Todos os pontos desta ata são por votação unânime aprovados em minuta, para que produzam efeitos imediatos. -----

Presidente da Mesa informa que esgota a Ordem do Dia são os trabalhos desta Sessão encerrados, pelas 00h10, do dia 1 de Outubro de 2016. -----
--

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 10/11/2016.